

Uma análise dos processos de mudança e ordem social a partir das considerações de Parsons, Schutz e Garfinkel

Marilaine Aparecida Ferreira¹

Resumo: A dinâmica social, representada pela maneira como a vida social modifica-se, constitui um proeminente objeto da Sociologia. Neste ínterim, o presente trabalho aborda, a partir do pensamento de Parsons, Schutz e Garfinkel, as possibilidades de mudanças e permanências advindas das interações sociais. Ao se procurar os entrelaçamentos e diferenças entre os autores, demonstrou-se que a teoria dos sistemas sociais de Parsons centra-se nos processos de reprodução e de manutenção da ordem, por meio da integração e do controle, culminando na existência de uma sociedade mais resistente à mudança, enquanto Schutz valoriza a compreensão das experiências dos indivíduos como meio para a compreensão da própria sociedade, abrindo espaço para ressignificações e novos paradigmas. Por sua vez, Garfinkel, influenciado tanto pelos pensamentos de Schutz quanto pelos de Parsons, parte de uma análise das práticas concretas de interação para buscar compreender as regras que ordenam a vida social. Apesar de identificar a existência de padrões, Garfinkel, admite as alterações das experiências e das próprias regras a partir das práticas cotidianas.

Palavras-Chave: Parsons; Schutz; Garfinkel; ordem social; ação; estrutura

An analysis of the processes of change and social order based on Parsons Schutz and Garfinkel's considerations

Abstract: The social dynamic that is represented by the way social life changes constitutes a prominent object of Sociology. In this sense, the presente article deals with, according to Parsons, Schutz and Garfinkel's thought, the change and permanence possibilities which derive from social interactions. In seeking the similarities and differences between the authors, it has been shown that Parsons's social systems theory is centred on processes of reproduction and maintenance of order by means of the integration and the control, culminating in the existence of the more resilient to change society, whereas Schutz values the understanding of the experience each individual as a means to understanding the workings of Society, allowing grounds for redimensioning and new paradigmas. Gerfinkel influenced by both Schutz's and Parsons's thoughts, in turn, starts from the an analysis of the concrete practices of interaction to understand the rules that order social life. Notwithstanding the existence of standards, Garfinkel admits the change of the experiences and the rules from the everyday practices.

Keywords: Parsons; Schutz; Garfinkel; social order; action; structure

Introdução

Vários estudiosos dedicam-se a procurar a síntese, uma sociologia que articule ação e estrutura, e os processos de mudanças daí advindos. Viveiros de Castro (2002) argumenta que a sociedade humana se compõe de sujeitos que

1 Doutoranda em Ciências Sociais. E-mail: <marilaineaparecidaferreira@gmail.com>.

são simultaneamente criadores e criaturas do mundo das regras. Nessa perspectiva, há aqueles que se alinham a uma teoria assentada sobre o caráter organizado e ordenado da vida social, enquanto outros destacam o papel dos atores sociais como indivíduos cognoscitivos e habilitados.

Talcott Parsons, por exemplo, teve a pretensão de explicar a sociedade como um todo, sendo um dos pioneiros a se propor a equacionar a dicotomia ação/estrutura. O autor é conhecido pela tentativa de fazer uma reunião de posicionamentos diversos, a exemplo do funcionalismo positiva de Durkheim e da sociologia compreensiva de Weber, tratando a ação como algo ordenado por quatro subsistemas abertos e interligados, que desempenham funções sociais e elucidam as relações, mudanças e permanências presentes na sociedade.

Por sua vez, Alfred Schutz, cuja importância reside na criação da sociologia fenomenológica, trabalhou conciliando a sociologia compreensiva de Weber e a fenomenologia de Husserl. A simpatia pela sociologia weberiana aproxima Parsons e Schutz, mas há diferenças com relação às perspectivas de ambos, especialmente de seus pontos de partida de análise e da importância dada por Schutz às interações sociais e ao uso da fenomenologia dentro das ciências sociais. Schutz confere destaque à consciência como algo tipificador, produtor de memória, de sistemas de relevância e de regularidade da vida social, sem, contudo, deixar de considerar a possibilidade de existência dos processos de mudanças advindos das práticas cotidianas.

Numa terceira vertente, e com influências da Teoria da ação de Parsons e da fenomenologia social de Schutz, apresentam-se as ideias de Harold Garfinkel que estabeleceu a etnometodologia como um campo de investigação sociológica, a fim de investigar a existência de regras que ordenam a vida social. Mais do que entender como os estoques de conhecimento se formam, Garfinkel preocupou-se em como esses estoques de conhecimento ordenam as práticas por meio da construção de padrões. A partir de estudos etnometodológicos, Garfinkel debruçou-se em saberes construídos cotidianamente, com a valorização do senso comum.

Este trabalho tem como objetivo o estudo de aspectos gerais dos processos de mudança e ordem social a partir das ideias de Parsons, Schutz e Garfinkel, estabelecendo os limites e interações entre eles.

Talcott Parsons

Talcott Parsons, representante da sociologia norte americana, possui como marco inicial a obra “*A estrutura da ação social*”, de 1937, na qual analisa a produção de importantes nomes como Marshall, Pareto, Durkheim e Weber, objetivando construir uma teoria da ação que considere o agir humano voluntário, intencional e simbólico. A sociologia de Parsons intenta encontrar uma síntese capaz de conciliar Weber e Durkheim, reformulando o conceito de sistema social. O ponto de partida de Parsons é a ação social no sentido weberiano: uma ação orientada para o outro, uma ação significativa pelas crenças e valores.

Analisando a obra de Parsons, Niklas Luhmann (1996) considera muito difícil separá-la do funcionalismo estrutural, do qual Parsons ora se aproximou e ora se distanciou. Luhmann (1996) declara que todo trabalho parsoniano pode ser classificado como variações infinitas da declaração “ação é sistema”, tendo em vista a impossibilidade de entender ambos os conceitos separados: a ação somente seria possível na forma de um sistema. Desse modo, a construção de estruturas sociais seria realizada na forma de um sistema aberto, sendo a ação a operação básica de construção e modificação desse sistema.

Parsons assume que a ação é uma propriedade emergente (*emergent properly*) da realidade social; ou em outras palavras: para que uma ação seja executada, um certo número de componentes deve coincidir. A tarefa, então, da análise sociológica seria identificar esses tipos de componentes e, assim, traçar as linhas fundamentais de uma teoria analítica da ação (LUHMAN, 1996, p. 32, tradução nossa).

Parsons toma de Weber a ideia de que a ação é norteada pelo esquematismo fim/meio e de Durkheim a ideia

de consenso moral vigente na sociedade. É por isso que a escolha dos fins e dos meios não seria livre, mas limitada por determinações sociais precedentes. A sociedade só seria possível estando previamente integrada na forma do sistema e a liberdade do indivíduo estaria dentro dessas condições de possibilidade (LUHMAN, 1996).

Melo (2012) assevera que ao se distanciar da dualidade sociológica “ação x estrutura”, pertencente ora a uma macrosociologia - que valorizava a influência coercitiva das estruturas sociais -, ora a uma microsociologia - que enfatizava a predominância da agência -, Parsons ergueu um argumento contra o dualismo positivista-idealista que se refletiu em análises concretas da vida social, propondo uma complementariedade entre individual e coletivo apta a solucionar o problema da ordem social. De acordo com Melo (2012):

Embora seja fulcral a perspectiva voluntarista da ação no problema da ordem social, Parsons analisa a ordem como dependente de um sistema de valores em comum, no qual os indivíduos precisam ser socializados antes de agir, o que faz com que o sistema de valores comuns seja anterior aos próprios atores sociais. [...] Parsons caminhou em direção a uma síntese entre ação e sistema social, agência e estrutura, ou seja, o autor atribuiu ao problema da ordem uma dimensão de controle das suas diversas interações exercitadas pelos agentes. Assim, a ordem não seria algo exterior imposto aos indivíduos (agentes da ação social), mas sim, o resultado das múltiplas interações desses agentes (MELO, 2012, p. 135).

Ao vincular a compreensão da ordem social a um sistema de valores compartilhados pela sociedade, Parsons forneceu embasamentos para estudos empíricos dos processos institucionalizados de aprendizagem, educação e formação. O pensamento parsoniano assevera que o real é definido pelos homens em termos de suas visões do ideal, ou seja, dos valores que carregam (DAWE, 1980).

Foi a partir de análises concretas sobre indivíduo e sociedade, que Parsons desenvolveu a sua “Teoria dos papéis sexuais”, concebendo-os de uma forma funcionalista, tanto para a estrutura familiar quanto para o processo de socialização: a mulher seria socializada para desempenhar a função de garantir o bem-estar da unidade familiar, complementando a proeminente função masculina de provedor de recursos exteriores. Parsons contribuiu para que as ciências sociais viessem a construir uma representação ideológica de família como uma instituição natural e imutável, dentro da qual os mecanismos de manutenção da ordem social vigente são criados e fortalecidos (SOUZA, 2023).

Tem-se uma larga utilização da concepção parsoniana sobre os papéis sexuais na sociologia e na psicologia, sobretudo em trabalhos que abordam discussões sobre a divisão de trabalho entre os sexos (v.g. HITA, 2005) ou que analisam a instituição familiar (v.g. BRUSCHINI, 1989). Parsons via a família como uma agência socializadora, com proeminente atuação na formação da personalidade dos indivíduos, fato que corroborava seus argumentos de síntese entre ação e estrutura.

Portanto, o pensamento de Parsons demonstra a existência de valores que a sociedade pré-estabeleceu e que norteiam a ação do indivíduo, incluindo nessa análise o elemento cultural. Parsons (1969, p. 16) define ação como “estruturas e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e, com maior ou menor êxito, as executam em situações concretas”. Há, nessa definição, um nível cultural de referência representado pela expressão “significativas”. O autor assevera que a ação é cultural, pois os sentidos e as intenções dos atos formam-se em sistemas simbólicos universalizados na sociedade. Trata-se de elementos universais que não estão presentes em nível individual: o agente motiva sua ação por significados que descobre no mundo exterior, em contato com o ambiente.

Em seu estudo da ação humana, Parsons apresenta uma classificação de quatro subsistemas interrelacionados, a saber: o organismo, a personalidade, o sistema social e o sistema cultural. O próprio autor esclarece:

No interior dos sistemas de ação, os sistemas culturais se especializam em torno da função de manutenção de padrão; os sistemas sociais, em torno da integração das unidades de ação (indivíduos humanos ou, mais precisamente, personalidades comprometidas em papéis); os sistemas de personalidade, em torno da realização de objetivo; o organismo comportamental, em torno da adaptação (PARSONS, 1969, p. 19).

Cada parte de um sistema tem uma função que está interligada a outra parte. Sendo a ação social o conjunto de elementos que reúne mundo exterior e mundo interior, o sistema da ação social parsoniano compõem-se por quatro partes fundamentais: a noção de organismo que se refere ao processo de adaptação dos indivíduos em sociedade; a personalidade que garante a individualidade e os interesses; a cultura que representa os símbolos e valores existentes na sociedade compondo a ordem ou manutenção do padrão do sistema; e o sistema social cuja função é a integração, capaz de garantir a sociedade organizada.

As relações são realizadas no âmbito do sistema social, que se move, mas limitado por um equilíbrio mantenedor da ordem e da coesão. O organismo comportamental é um sistema que muda com frequência e tem muita energia. Por outro lado, o sistema cultural possui informação elevada e controla as alterações sociais dificultando as mudanças. Portanto, a cultura impõe a ordem, sendo determinante para Sociologia de Parsons (1971), o qual afirma que o desenvolvimento da teoria biológica e das ciências sociais criou terreno firme para a aceitação da continuidade fundamental da sociedade e da cultura como parte de uma teoria mais geral da evolução dos sistemas vivos.

A partir desses conceitos e numa perspectiva biossociológica, Parsons traz a sociedade como um tipo de sistema social com o mais elevado nível de autossuficiência. Em sua teoria, o autor concluiu que a sociedade é resistente à mudança, fato que ele relaciona à latência da cultura.

Alfred Schutz

O trabalho de Schutz possui desdobramentos importantes na sociologia americana. Schutz foi contemporâneo de Parsons e igualmente prestou-se a estudar as interações sociais, porém partindo da perspectiva dos indivíduos, de forma a compreender como essas interações produzem e reproduzem padrões. Segundo Clifford (2008) Schutz empenhou-se a descobrir a estrutura de significado do que ele observava como realidade principal na experiência humana, ou seja, o mundo da vida cotidiana enfrentado pelo homem, dentro do qual ele atua e vive.

Com a influência da fenomenologia, Schutz destacou a problemática acerca da maneira pela qual as consciências percebem o mundo. Ao se utilizar da fenomenologia como perspectiva antinaturalista de análise, voltou-se para aquilo que se coloca à consciência, para a intencionalidade, para a experiência, memória e percepções, atentando para a forma pela qual os indivíduos vivenciam o cotidiano, em suas relações intersubjetivas. Entretanto, é bom destacar que a teoria de Schutz não se limita a um solipsismo, pois considera a intersubjetividade formada pelas subjetividades que compartilham um sistema de pensamento (conexões entre consciências).

Schutz utilizou-se da fenomenologia para responder a questões que extrapolavam os métodos das ciências sociais, recorrendo, para isso, ao pensamento de Husserl. A ancorou-se na existência de uma consciência pessoal, na qual o pensamento é contínuo e mutável, e na redução fenomenológica que dá acesso à corrente de consciência em si, a qual contém as percepções, reflexões e cogitações do indivíduo para além dos julgamentos do senso comum e com a possibilidade de produção de discernimento.

O autor também abordou o processo de duração afirmando que somente aquilo que já foi vivenciado pode ser tomado como experiência significativa e destacando a relação direta entre limites da lembrança e limites da racionalidade, isto é, postulou que a possibilidade de recuperação pela memória atrela-se à atribuição de significado.

Diante desses desenvolvimentos, Schultz traz de Husserl a definição de comportamento como uma experiência da consciência atribuidora de significado, ressaltando, contudo, que nem todas as experiências são atribuidoras de significado, mas somente aquelas que representam um ato do ego ou um ato de atitude. Nas palavras do autor:

O comportamento, então, consiste numa série de experiências que são distintas de todas as outras devido a uma intencionalidade primordial de atividade espontânea, a qual permanece a mesma em todas as modificações intencionais (...). O significado das experiências, então, nada mais é do que aquele código de

interpretação que as vê como comportamento. Assim, também no caso do comportamento somente o que já está feito, terminado, tem significado (SCHULTZ, 1979, p. 67).

Em sua obra, dois conceitos são importantes: o mundo da vida e os estoques de conhecimento. O mundo da vida significa “o mundo intersubjetivo que existia muito antes de nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado” (Schutz, 1979, p. 72), enquanto que o estoque de conhecimento serve como base para que o homem interprete esse mundo a partir de suas próprias experiências e daquelas que lhe foram transmitidas. Tal estoque de conhecimento, segundo o autor, sujeita-se a um fluxo contínuo com modificações ininterruptas a partir de acréscimos de experiências e de reinterpretções.

A fenomenologia social de Alfred Schutz inspirou trabalhos como os de Jesus, *et al* (2013), que analisou a compreensão do cuidar na área da enfermagem. Para os autores o cuidar estabelece uma relação face a face, exige consciência mútua dos sujeitos e traz ações sedimentadas no senso comum para o mundo profissional. Nessa perspectiva, e dentro do que preconizou Schutz, os autores argumentam que o cuidado engloba, também, as contínuas reestruturações da ação de cuidar a partir de vivências de novas situações, as quais servem de base para motivações formadoras de outras ações de cuidar. A pesquisa de Jesus *et al* (2013) foi capaz de demonstrar a dimensão intersubjetiva do cuidado, pensando-o a partir de um contexto social, histórico e cultural, no qual a situação biográfica e os estoques de conhecimento tornam-se sinalizadores para a efetiva ação de cuidar.

Igualmente a fenomenologia sociológica Alfred Schutz contribuiu para a investigação em práticas educativas, tomando-as como objeto da consciência. A prática educativa foi apresentada como objeto da consciência do educador, dentro de uma dimensão subjetiva, o que explicaria o fato de que mesmo compartilhando de contextos idênticos, as consciências apreendem de forma diferente, pois sempre haverá nas narrativas acréscimos de conteúdo advindos da experiência individual, dos outros “eus” (família, trabalho e religião) e da sociedade (CRUSOÉ; SANTOS, 2020).

Assim sendo, Schutz apresenta como crucial o conhecimento da experiência significativa dos sujeitos, da sua intencionalidade, para compreensão da realidade social (SCHUTZ, 2012). Tem-se que a memória, intimamente relacionada à situação biográfica do agente, configura elemento central para explicar a vida social, pois traz lembranças do que já aconteceu e fornece planos de ação. Tal consciência única e tipificadora outros seres não possuem. Trata-se de uma consciência que remete à lembrança, à memória como elemento orientador da ação e fornecedor de regularidade para a vida social. Portanto, os estoques de conhecimento são as respostas para os problemas dados e a repetição dessas respostas é que virá a fornecer os padrões para a vida social. Em suma, o indivíduo age conforme a experiência que é formadora da ação. Importante ressaltar que para Schutz esse estoque de conhecimento não é somente individual, pois existem as experiências coletivas.

O autor também se preocupa com o mundo da vida, como as pessoas procedem no mundo que está ao alcance da mão. Schutz (1979, p. 73) argumenta que “trabalhamos e operamos não só dentro do, mas também sobre o mundo”. Embora o homem nasça em um mundo físico e sociocultural preexistente, há uma parte desse mundo que está ao alcance desse homem, imediatamente observável e parcialmente dominável por ele, que pode ser modificada e reorganizada pela ação, a qual representa conduta, podendo ser aberta, quando pressupõe o fazer ou encoberta, quando pressupõe o pensar. As ações abertas são as que afetam o mundo exterior por meio de movimento do corpo ou desempenho, que o autor denominou de trabalho.

O trabalho, então, é a ação no mundo exterior, baseada num projeto e caracterizada pela intenção de realizar o estado de coisas projetado, por meio de movimentos do corpo. Dentre as formas descritas de espontaneidade, a do trabalho é a mais importante para a construção da realidade do mundo da vida (SCHUTZ, 1979, p. 124).

Importante ressaltar, ainda, o destaque dado por Schutz à consciência e à intersubjetividade. Embora exista uma tendência em se tomar o mundo como natural, o mundo somente existe na consciência, a qual carece de ser

compreendida junto à existência de outras subjetividades. Nesse sentido, o conhecimento do outro requer situação de copresença, através de percepção visual e contínua do outro, como uma conexão de vidas presentes dentro de um ambiente comum.

Schutz se preocupa em demonstrar como as práticas constituem as memórias num movimento cíclico de interação, considerando a situação biográfica de cada agente na produção do estoque de conhecimento, bem como as relações com o outro: as experiências ordenam a vida social, produzindo memória que, ao mesmo tempo influencia as ações e é influenciada por elas.

Harold Garfinkel

Harold Garfinkel foi um sociólogo americano conhecido pelo trabalho *Studies in Ethnomethodology*, de 1967, no qual desenvolveu a etnometodologia como um campo de investigação sociológica. Valendo-se da etnometodologia para investigar a vida cotidiana inserida numa realidade criada a partir das práticas de interação entre os indivíduos, Garfinkel (2018, p. 95) apresenta como vínculo central de seus estudos “a relatabilidade racional das ações práticas enquanto realização prática contínua”.

Garfinkel define a etnometodologia como “a investigação das propriedades racionais de expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas engenhosas da vida cotidiana” (GARFINKEL, 2018, p. 101). Tem –se, portanto, que a etnometodologia refere-se às práticas efetivas dentro de seus contextos. Refere-se aos métodos utilizados pelo indivíduo para realizar e dar sentido às suas ações, expressas em atividades como comunicação, tomada de decisões, raciocínio e que produzem a ordem social.

A etnometodologia trata a realidade social como algo construído no dia-a-dia pela interação dos atores sociais, recuperando a análise do senso comum (COULON, 1995). Por considerar os fenômenos sociais em constante criação, transformação e extinção, a etnometodologia modificou a prática da pesquisa através de novos métodos e técnicas de coleta de dados e de teorizações.

A aplicação empírica da etnometodologia repercutiu, por exemplo, na análise de pertencimento a determinados grupos: para os etnometodólogos ser membro não significa apenas pertencer, mas compartilhar a construção social de um grupo, dominando sua linguagem e processos interacionais. Senão, vejamos:

Uma pessoa dotada de conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que, tendo incorporado os etnométodos de um grupo social considerado, exhibe “naturalmente” a competência social que o agrega a esse grupo e lhe permite fazer-se reconhecer e aceitar (COULON, 1995, p. 48).

Ao introduzir a ideia de construção social em grupos, Bispo e Godoy (2012) analisaram os processos de aprendizagem nas organizações a partir do conceito de prática e inspirados pela etnometodologia. Os autores apresentaram o conhecimento como resultado de uma série de processos coletivos que possibilitam seu surgimento, compartilhamento e perpetuidade. Adotando a etnometodologia como meio de investigação empírica e levando em conta o cotidiano das organizações, argumentaram que há uma constante evolução por meio de entendimentos compartilhados, ainda que tacitamente, dentro de um contexto organizacional. O conhecimento não seria algo imutável, mas construído e reconstruído a partir do cotidiano, assim como as práticas organizacionais seriam por todos os membros entendidas e compartilhadas.

O desenvolvimento da etnometodologia tem, portanto, raízes nas explorações teóricas e metodológicas de Schutz, representando uma extensão dos estudos do mundo da vida cotidiana (PSATHAS, 2004). Trata-se de um saber construído localmente, produzido no cotidiano para construção do mundo social. Neste sentido, Psathas (2004) confirma uma ligação entre Garfinkel e Schutz, representada pela influência do pensamento de Schutz em

Garfinkel, que inicialmente absorveu as ideias de Schutz e tentou expandir e adicionar reflexões próprias, afirmando também a proximidade de Garfinkel a Parsons no tocante ao estudo da ordem social e da ação social.

Psathas (2004) elucida que em seus primeiros estudos Garfinkel utilizou as ideias de Schutz para desenvolver uma maneira de descobrir se as formulações de Parsons acerca da ordem social poderiam ser estudadas empiricamente. Garfinkel descobriu que as pessoas usam vários meios para dar sentido à situação, para estender, multiplicar ou mesmo suprimir as regras, bem como para ignorar o que ocorreu ou mesmo para esperar. Assim, em Garfinkel, tornou-se relevante o estudo das formas rotineiras de fazer, ao que se denominou etnometodologia.

A etnometodologia volta-se para as interações. Coulou (1995) argumenta que os etnometodólogos têm a pretensão de estar mais perto das realidades correntes da vida social, destacando os processos ou realizações contínuas dos atores: “em vez de fazer a hipótese que os atores seguem regras, o interesse da etnometodologia é pôr em evidência os métodos pelos quais os atores se ‘atualizam’ dessas regras” (COULON, 1995, p. 31). Embasado nesse método, Garfinkel preocupou-se com o dia-a-dia e procurou observar as regras constitutivas da vida social.

Para Garfinkel as práticas são orientadas por regras, porém trata-se de regras construídas, sendo necessário o estudo realizado a partir da observação das ações do mundo da vida. Sendo assim, Garfinkel pôs-se a estudar as propriedades sistemáticas do raciocínio prático e da ação, procurando as formas padronizadas do agir cotidiano.

Garfinkel admite a instabilidade da vida social, pois as experiências, assim como as regras, são passíveis de alteração. A partir de suas análises de pesquisas, Garfinkel tenta entender a existência de padrões, muitas vezes imperceptíveis, que se prestam a tipificar as ações. Nesta perspectiva, sobretudo por meio dos experimentos de ruptura, o autor atestou a existência das regras e padrões que ordenam a da vida social e que são esperados dos agentes que convivem numa dada realidade.

Considerações finais

A teoria social geral de Talcott Parsons pretendeu abarcar a análise de todos os fenômenos sociais, caracterizando-se como uma ampla teoria aplicável a qualquer fenômeno dentro da sociedade tomada como uma espécie de sistema. Parsons tentou encontrar uma síntese das duas esferas da vida social – ação e estrutura – retomando os clássicos e lançando a ideia de sistema composto por partes que funcionam de forma integrada. Sofreu críticas por ter desenvolvido uma teoria tão ampla a ponto de tornar-se impossível de verificação concreta.

A ação em Parsons, embora orientada por crenças e valores, era limitada pela cultura. Partia-se da ideia de que caso a sociedade fosse um conjunto de indivíduos orientados por seus próprios interesses haveria um permanente conflito, sendo necessário algo que viesse a regular a vida social. O pensamento parsoniano valorizava a necessidade da ordem destinada a evitar a guerra de todos contra todos. Impunha-se, portanto, uma limitação sobre a ação advinda da cultura (ordem), capaz de fazer com que os processos de mudança social fossem mais custosos e lentos.

Por sua vez, Schutz argumentava que a cultura não é sentida da mesma forma por todos os indivíduos, visto que cada pessoa carrega consigo a situação biográfica que lhe é peculiar. Com esse raciocínio o autor conferiu um maior espaço para que novos processos surgissem por meio das ações individuais, abordando a compreensão da realidade a partir da compreensão daqueles que vivenciam os fenômenos, ou seja, dos indivíduos. Ancorando-se na fenomenologia, Schutz destacou as práticas cotidianas, as memórias, as percepções e as subjetividades para compreender a vida social.

Destarte, enquanto Parsons trabalhou com uma permanência imposta pela cultura e que atravessa todos os demais subsistemas sociais, Schutz apresentou a fenomenologia, destacando a forma pela qual as consciências percebem o mundo. Parsons olhou para a limitação da ação e para a imposição da ordem, ao contrário de Schutz que valorizou

os encontros concretos em situação de copresença, os encontros de consciências e de subjetividades: para Schutz as experiências geram comportamentos ao mesmo tempo que os comportamentos criam experiências e novas regras, de forma que os padrões seriam resultado da ação e não determinantes da ação como na sociologia de Parsons.

Parsons partia da problemática da ordem limitando a ação, ao passo que Schutz procurava entender como as interações concretas do mundo da vida produzem padrões, tendo o indivíduo como ponto de partida. A direção que Schutz utiliza vai da agência para as padronizações, enquanto a de Parsons vai da ordem para a personalidade. Parsons destacava as regras que se impõe, retomando Durkheim; Schutz tentava entender como as interações produzem e criam regras, preocupando-se com a forma pela qual as consciências criam tipificações geradoras de padrões sociais. Por isso as mudanças sociais, para Schutz, são menos custosas que para Parsons.

Schutz voltou-se para a memória que o homem aciona para agir, bem como para o ato de interação que cria experiências, memórias e novas regras. Dessa forma, postulou que as práticas criam e alteram a estrutura já que as ações seriam, por um lado, ordenadas por uma memória e, por outro, construídas na prática. Nesse sentido, torna-se possível afirmar que Schutz faz o oposto de Parsons: ele se preocupou em demonstrar como a cultura é gerada através das ações.

Quanto ao trabalho de Garfinkel, houve a incorporação de muitas ideias de Schutz, o que é percebido, por exemplo, no desenvolvimento da etnometodologia. Para Garfinkel a realidade social não é preexistente à interação, mas construída a partir dela. Assim, a sociologia por ele proposta possui uma estrutura que valoriza a subjetividade, na qual os atos sociais são construídos e não impostos.

Garfinkel se aproxima de Schutz, pois ambos fazem uma análise a partir do indivíduo, voltando-se para a observação do que ocorre no dia-a-dia. Contudo, premente ressaltar uma peculiaridade de Garfinkel que o afasta de Schutz: Garfinkel preocupou-se com a existência de regras que ordenam a vida social, e, nessa questão, ele convergiu com Parsons, porém de uma forma mais abrandada quanto à possibilidade de aceitação dos processos de mudança. Outro ponto que se destaca na comparação entre Schutz e Garfinkel é que em Schutz há a valorização da subjetividade, enquanto em Garfinkel predomina a interação entre os atores e a busca pela compreensão da forma pela qual os indivíduos tornam suas práticas publicamente aceitáveis para a construção da vida social.

Em resumo, pode-se afirmar que Parsons destaca o problema da ordem; Schutz o da intersubjetividade e Garfinkel o da interação que produz a regra. Garfinkel, assim como Schutz, volta-se para a liberdade dos agentes, admitindo a instabilidade da vida social a partir da alteração das experiências e das regras. Tal liberdade não é vista da obra de Parsons, para o qual a cultura representa uma ordem limitadora. Apesar de Garfinkel procurar padrões, ele não se prende à mesma rigidez de Parsons, sendo, por isso, um meio ponto entre os pensamentos de Parsons e de Schutz.

Referências

- BISPO, M. de S.; GODOY, A. S. A etnometodologia enquanto caminho teórico-metodológico para investigação de aprendizagem nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 5, 2012.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de estudos da população**, v. 6, n. 1, 1989
- CLIFFRD, G. **A interpretação das culturas**. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- COULON, A. **Etnometodologia**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CRUSOÉ, N. M. de C.; SANTOS, E. M. Fenomenologia Sociológica de Alfred Schutz: Contribuições para a investigação qualitativa em prática educativa. **Revista Tempos e Espaços em educação**, v. 13, n. 32, 2020.

- DAWE, A. Teorias da Ação Social. In: BOTTOMORE, T. & NISBET, R. (orgs.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 476-546.
- GARFINKEL, H. O que é a etnometodologia. In: **Estudos de Etnometodologia**. 1ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HITA, M. G. A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. **Anthropológicas**, v. 16, n. 9, 2005
- JESUS, M. C. P. de.; *Et al.* A fenomenologia social de Alfred Schutz e a sua contribuição para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, n. 47, v. 3, 2013.
- LUHMANN, N. **Introducción a la teoría de sistemas**. Publicado por Javier Torres Nafarrate. Mexico: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO).
- MELO, M. F. Talcott Parsons na Teoria Sociológica Contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 126, 2012
- PARSONS, T. **A estrutura da ação social**: um estudo da teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PARSONS, T. O conceito de sociedade: os componentes e suas inter-relações. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.
- PARSONS, T. **The system of modern societies**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1971.
- PSATHAS, G. Alfred Schutz's influence on American sociologists and sociology. **Humam Studies**, v. 27, n. 1, p. 1-35, 2004.
- SCHUTZ, A. Ação no mundo da vida. In: WAGNER, Helmut R (org). **Fenomenologia e Relações Sociais**: Textos Escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.
- SCHUTZ, A. Fundamentos da Fenomenologia. In: WAGNER, Helmut R (org). **Fenomenologia e Relações Sociais**: Textos Escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.
- SCHUTZ, A. Interpretação social e orientação individual. In: WAGNER, Helmut R (org). **Fenomenologia e Relações Sociais**: Textos Escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979
- SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SOUZA, T. M. dos S. O papel da divisão sociosexual do trabalho na constituição de subjetividades gendradas. **Psicologia, Educação e Marxismo**, v. 15, n. 1, 2023.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. O conceito de sociedade em antropologia. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Submetido em: 04/2022.

Aprovado em: 06/2023.